

BOLETIM **DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DE CONJUNTURA

Número 54 – maio de 2026

O Brasil no contexto da instabilidade mundial: uma leitura da conjuntura recente

Apresentação

Este Boletim analisa a conjuntura política e econômica recente, marcada por elevada instabilidade no cenário internacional, com impactos sobre o Brasil. O agravamento das tensões no Oriente Médio, envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, chegou a um ponto crítico, com o bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde circulam cerca de 20% do petróleo e do gás natural mundial. Essa situação tem provocado aumento da volatilidade nos preços das commodities, pressionando a inflação global e reforçando políticas monetárias restritivas.

A partir desse contexto, o texto busca mostrar como a economia brasileira é afetada, especialmente no que diz respeito à inflação, aos preços dos combustíveis e aos custos dos alimentos. Internamente, o debate sobre a taxa de juros continua central. Mesmo diante de uma economia com capacidade ociosa e consumo fragilizado, o Brasil mantém juros elevados, o que contribui para o aumento do endividamento das famílias em mais de 80% dos domicílios, além de limitar o dinamismo econômico.



Imagem: Freepik

Conflito expõe vulnerabilidades e riscos à soberania nacional

A ofensiva conjunta dos governos dos Estados Unidos e de Israel contra o território e o povo iraniano, ao contrário do preconizado pelo presidente estadunidense Donald Trump, não se confirmou como conflito de curta duração. A escalada militar tem produzido efeitos profundos não apenas sobre a população da região, mas também sobre a economia internacional, com repercussões em todo o mundo.

Após o assassinato do aiatolá Ali Khamenei em bombardeio dos EUA, em 28 de fevereiro deste ano, o regime iraniano, além de permanecer resistente, apostou em ofensivas contra Israel e bases estadunidenses localizadas em países no Oriente Médio¹. No entanto, a estratégia que tem afetado muito a economia mundial é o bloqueio do Estreito de Ormuz. Isso porque o canal é um dos principais pontos de escoamento de petróleo no mundo: estimam-se que 20% do petróleo mundial e do gás natural liquefeito (GNL)² passem pelo local. Além disso, o Estreito é um ponto estratégico da logística internacional, principalmente para os países asiáticos, em especial a China.

Nas últimas semanas, embora tenha sido anunciado um cessar-fogo temporário, a situação permanece instável e sem perspectivas concretas de solução duradoura. Soma-se a esse ambiente de tensão a maior fragilidade vivida por países da América Latina (evidenciada, por exemplo, pelo caso da Venezuela), ao mesmo tempo em que se observa o enfraquecimento de organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse cenário, torna-se urgente que países do Sul Global e de economias emergentes adotem estratégias mais assertivas voltadas à defesa da classe trabalhadora, à proteção dos mercados internos e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

O Brasil, apesar de ser um dos principais produtores de petróleo do mundo, apresenta capacidade de refino inferior ao consumo interno, o que gera dependência da importação de derivados, especialmente do diesel. Hoje, cerca de 25% do diesel

¹ O Irã disparou mísseis contra bases estadunidenses localizadas no Catar, Bahrein, Kuwait, Jordânia e Emirados Árabes Unidos.

² Ver <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2026/notaTec292GuerraPetroleo.html>

consumido no país é importado, o que evidencia vulnerabilidade relevante diante de choques externos³.

A atual fragilidade do parque de refino brasileiro não pode ser explicada por um único fator, mas por uma combinação de decisões estratégicas que, ao longo do tempo, comprometeram a capacidade nacional de processamento de petróleo. Esse processo envolveu a interrupção e o redimensionamento de projetos de expansão, especialmente no contexto da Operação Lava Jato, que afetou diretamente grandes obras do setor. Na sequência, a redução dos investimentos durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, somada à adoção de uma estratégia de desinvestimentos, com a venda de ativos relevantes (como as refinarias Landulpho Alves, Isaac Sabbá e Clara Camarão), contribuiu para a perda de capacidade operacional e de coordenação no setor. Como resultado, o país ficou mais exposto às oscilações do mercado internacional de derivados e mais vulnerável a choques de preços, com a autonomia energética reduzida, sujeito a influências externas diretas sobre os custos internos e a dinâmica inflacionária.

Os desinvestimentos nas cadeias produtivas de maior valor agregado, em um setor estratégico como o energético, têm repercussões importantes sobre a população, pelo aumento dos preços do diesel e também dos demais combustíveis, considerando que as refinarias pressionam para acompanhar as variações nos preços internacionais. Esse cenário piora com a privatização da BR Distribuidora e a abertura do mercado de distribuição para importadores e operadores privados.

Exemplo da importância da participação da Petrobrás na cadeia produtiva do petróleo é a variação bastante inferior dos preços da gasolina e do diesel nas refinarias controladas pela empresa em relação aos valores naquelas comandadas pela Acelen⁴, desde o início da guerra. Enquanto o preço do diesel nas refinarias da Petrobrás variou 11,4%, nos centros de refino controlados pela Acelen subiu 73,7%⁵.

Outra dimensão crítica do processo de desinvestimentos é a dependência das importações de fertilizantes: cerca de 90% do que é consumido no país vem do exterior.

³ Ver Nota técnica 292, com o tema Guerra no Irã: efeitos sobre o setor de óleo e gás e desafios para a soberania energética brasileiras, produzida e divulgada em abril de 2026. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2026/notaTec292GuerraPetroleo.html>

⁴ Acelen é uma empresa de energia criada em 2021, pelo fundo Mubadala Capital, especificamente para atuar no Brasil, onde gerencia a Refinaria de Mataripe, na Bahia

⁵ Variação entre 28 de fevereiro de 2026 a 21 de março de 2026. Ver <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2026/notaTec292GuerraPetroleo.html> (Gráfico 2, p. 8)

Essa situação aumenta os riscos para a produção agrícola e para o equilíbrio dos preços dos alimentos, que passam a ficar mais vulneráveis às oscilações internacionais e à instabilidade geopolítica.

A guerra no Irã, bem como o novo desenho da geografia política internacional, expõe as vulnerabilidades estruturais do país e os riscos à soberania nacional. A fragilização do papel do Estado e a redução da presença de empresas estatais em setores estratégicos limitam a capacidade de resposta a choques externos, levando a medidas de renúncia fiscal para conter preços em setores altamente lucrativos. Por outro lado, essa conjuntura abre uma oportunidade: direcionar a maior arrecadação decorrente da elevação do preço do barril (especialmente por meio de royalties e dividendos da Petrobrás) para políticas de investimento em setores estratégicos, com vistas a ampliar a soberania energética e impulsionar um projeto de desenvolvimento que reduza a dependência externa e proteja a economia e a população brasileira.

Inflação: preços pós-guerra seguem voláteis

O ambiente de incertezas mundiais tem elevado a volatilidade dos preços das

commodities agrícolas e minerais, bem como a taxa de câmbio e as expectativas de inflação em todo o planeta.

A principal questão econômica internacional da guerra travada por EUA e Israel contra o Irã envolve a elevação dos preços do

petróleo. O encarecimento da energia tem consequência direta sobre os custos de produção e transporte, com reflexos em toda a cadeia produtiva e, conseqüentemente, sobre o custo de vida da classe trabalhadora. No caso dos alimentos, há ainda o impacto do custo dos fertilizantes, insumo agrícola que, como já dito, o país hoje precisa importar quase integralmente. Como o Irã é forte produtor de ureia, matéria essencial para a

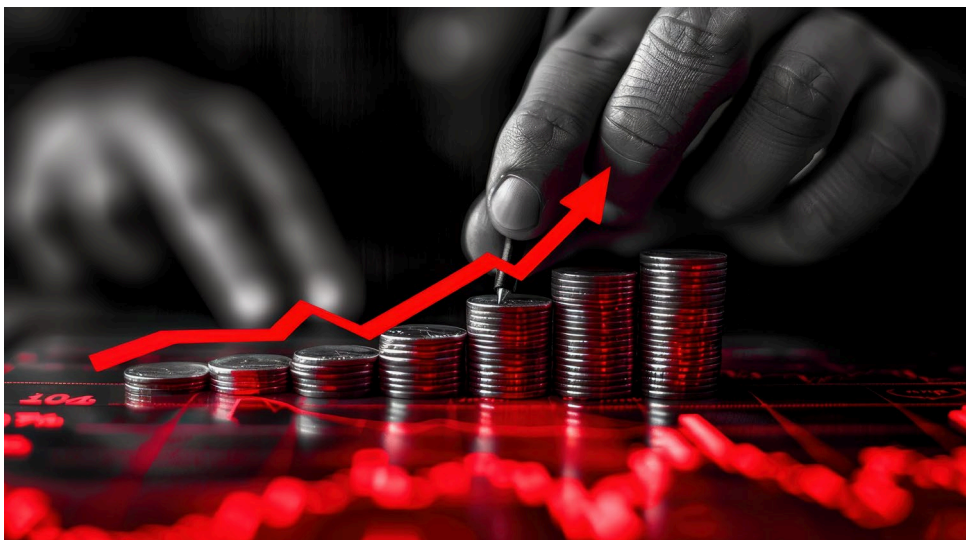


Imagem: Freepik

agricultura, a guerra pode pressionar custos e, conseqüentemente, os preços dos alimentos

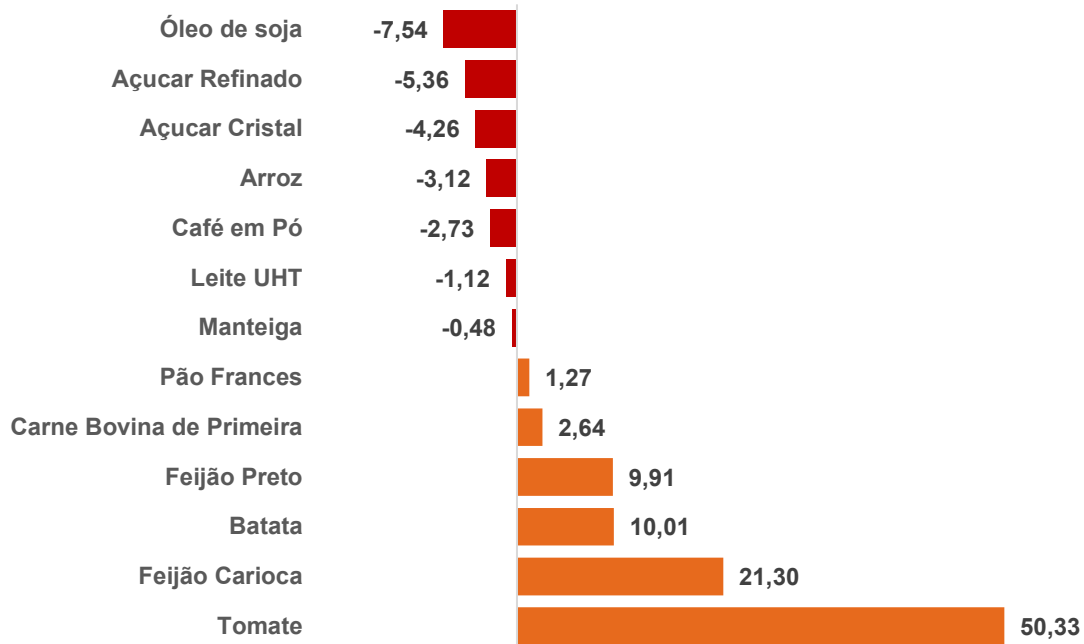
Apesar das medidas do governo para conter o preço dos combustíveis, os dados mais recentes indicam que a inflação no Brasil já começa a refletir os impactos do cenário internacional em 2026, especialmente com efeitos diretos sobre os preços de combustíveis. Em março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 0,88% em relação a fevereiro, devido principalmente ao comportamento dos grupos transportes (1,64%) e alimentos e bebidas (1,56%). Nos transportes, destacaram-se as altas da gasolina 4,59% e do diesel 13,90%, evidenciando o papel dos combustíveis na aceleração da inflação. No acumulado de 12 meses, o IPCA apresenta elevação de 4,14%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reflete mais diretamente o custo de vida das famílias de menor renda, variou 0,91% no mês, resultado superior ao do IPCA em função do maior peso dos alimentos. Nesse grupo, alimentação e bebidas avançou 1,65% e transportes, 1,61%. Em 12 meses, o Índice acumulou alta de 3,77%.

Os resultados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), realizada pelo DIEESE em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), também indicaram aumento do custo dos alimentos nas 27 capitais brasileiras. As maiores elevações foram observadas em Manaus (7,42%), Salvador (7,15%), Recife (6,97%), Maceió (6,76%), Belo Horizonte (6,44%). Entre os produtos com as maiores altas destacam-se: o feijão carioca, afetado por restrições de oferta e redução de área plantada; o leite UHT, em período de entressafra; o tomate e a batata, impactados por condições climáticas adversas; a carne bovina de primeira, sob efeito da demanda aquecida, do crescimento das exportações e da menor oferta de reposição do rebanho.

Embora a elevação dos custos dos combustíveis já tenha impactado diretamente a inflação de março, como mostrado acima, fatores como condições climáticas, sazonalidade e dinâmica dos preços internacionais continuam a ser determinantes mais imediatos no comportamento dos preços dos alimentos.

Gráfico 1
Varição percentual do preço médio dos alimentos da cesta básica
Brasil – 1º trimestre de 2026 (%)



Fonte: DIEESE

Para os próximos meses, a evolução da inflação dependerá de uma combinação de fatores, entre os quais vale destacar as medidas do governo para conter a alta dos combustíveis e os desdobramentos do conflito internacional. Esse cenário fica ainda mais incerto em função do contexto eleitoral, que tende a influenciar as decisões econômicas e políticas ao longo do ano.

Juros e endividamento

A disparada dos preços do petróleo reacendeu temores inflacionários no cenário internacional e levou a uma revisão generalizada das expectativas de política monetária para 2026. De maneira geral, observa-se, em diversos países, o reforço das políticas monetárias mais restritivas por parte dos bancos centrais, com manutenção de juros

altos ou elevação das taxas de juros, com o intuito de conter a inflação. Esse movimento contribui para a desaceleração do crescimento econômico mundial⁶.

No caso brasileiro, esse cenário é ainda mais sensível, uma vez que o país já figura entre aqueles com as maiores taxas de juros do mundo. Na última semana de abril, o Banco Central do Brasil, por meio do Comitê de Política Monetária (Copom), reduziu a taxa básica de juros (Selic) para 14,50% ao ano, o segundo corte consecutivo, de 0,25 ponto percentual. As justificativas apresentadas pelo Comitê enfatizam que os conflitos no Oriente Médio aumentam a incerteza e pressionam a inflação, especialmente por meio das consequências sobre as cadeias globais de suprimentos e os preços das commodities. As projeções inflacionárias, segundo o Banco Central, se afastaram da meta⁷ no horizonte, ao mesmo tempo em que, com a indefinição sobre a duração e os efeitos do conflito internacional, aumentaram as incertezas sobre a continuidade da trajetória de queda dos juros.

Nesse cenário, o Comitê sinaliza cautela, avalia que a política monetária já contribui para a desaceleração da atividade econômica e indica que novos ajustes dependerão de maior clareza sobre o ambiente externo. Embora reconheça que a inflação decorre, em grande medida, de fatores externos e de custos, na prática, o Banco Central continua a responder com manutenção de juros altos. Essa estratégia, além de limitada para enfrentar os choques de custos, tem impactos diretos sobre a economia real. Ao encarecer o crédito, amplia o endividamento das famílias, reduz o consumo e limita o crescimento econômico e a geração de emprego. Nesse contexto, a questão é se a política monetária não está atuando mais sobre os efeitos do problema do que sobre as causas.

⁶ Projeções recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que, caso a guerra se prolongue e haja elevação do preço do petróleo para cerca de US\$ 100 o barril, o crescimento econômico mundial pode cair para aproximadamente 2,5% em 2026, com inflação em torno de 5,4%. Em um cenário mais severo, com aumentos ainda maiores nos preços da energia, o crescimento global pode ficar abaixo de 2%, caracterizando um quadro de recessão, com inflação ainda mais alta, de 5,8%.

⁷ O Conselho Monetário Nacional (CMN), integrado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central, determinou ainda no início de 2023 que a meta para a inflação seria de 3%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%. Os representantes do BC têm afirmado que o tamanho do arrocho monetário vai depender do retorno da inflação à meta. O IPCA está em 4,14% em 12 meses (abril/2025 a março/2026), ou seja, dentro da meta na faixa de tolerância.

Um dos resultados mais visíveis desses níveis exorbitantes da taxa básica de juros é o encarecimento do crédito, que se traduz em juros ainda mais altos para as famílias e, conseqüentemente, no aumento do endividamento dos brasileiros. Segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio (Peic/CNC), em março de 2026, 80,4% das famílias brasileiras estavam endividadas, o maior patamar já registrado para o mês. As famílias com dívida em atraso atingiram 29,6% e 12,3% declararam não ter condições de pagar os compromissos que possuem. O cartão de crédito é a principal modalidade de endividamento, utilizado por 85% das famílias nessa situação. O quadro é agravado pelas taxas de juros extremamente elevadas: o rotativo do cartão de crédito⁸ atingiu 435,9% ao ano, em fevereiro de 2026, enquanto o crédito parcelado chegou a 189,0% ao ano no final de 2025. Considerando os níveis salariais da maioria dos trabalhadores, é fácil entrar em um ciclo de endividamento e muito difícil sair dele.

Diante desse quadro, é fundamental ampliar o debate sobre alternativas de política econômica. A redução da taxa de juros e do custo de crédito é condição essencial para estimular o crescimento. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver políticas que auxiliem as famílias a saírem do superendividamento, incluindo a ampliação do acesso a linha de créditos mais baratas e mecanismo de renegociação, como o programa Desenrola 2, anunciado pelo governo no 1º de Maio.

⁸ O juro rotativo é a taxa de juros aplicada ao saldo devedor da fatura do cartão quando o devedor não paga o valor total até o vencimento.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 - 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Vice-Presidente: Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde do Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional: Paulo Roberto Dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas
de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material
Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Edenilson Rossato

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais
Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Maria Helena de Oliveira

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias
Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Cristina Pereira Vieceli

Patrícia Costa

Patrícia Pelatieri

Ricardo Tamashiro